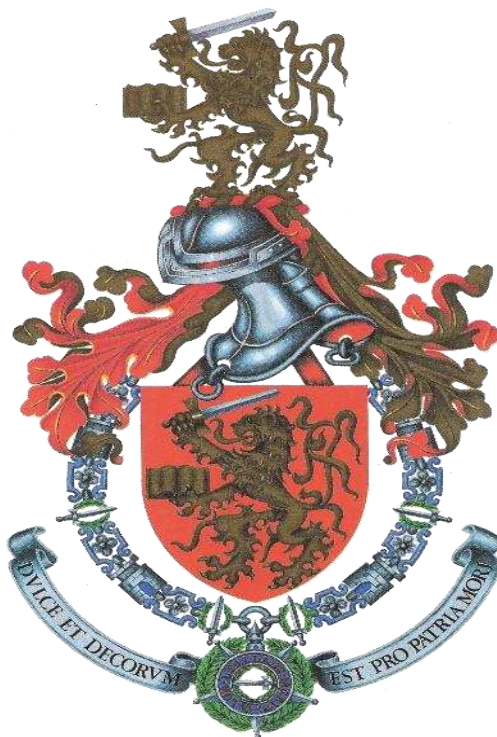


ACADEMIA MILITAR



**Bernardim Freire de Andrade, Tenente-
General
(1759-1809)**

**Patrono dos Cursos de Entrada na Academia Militar
Ano Letivo 2013-2014**

Trabalho Realizado por:

Tenente Coronel de Infantaria, Nuno Lemos Pires ⁽¹⁾

Academia Militar, Setembro de 2013

¹ Professor de História e Relações Internacionais na Academia Militar. Mestre em Ciências Militares, especialidade Infantaria, pela AM. Bacharel em Gestão de Recursos Humanos pelo ISMAG; Pós-graduado em História Militar pela Universidade Lusíada; Curso de Estado Maior pelo IAEM e Doutorando em História, Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL/ AM. Publicou 3 livros, 40 capítulos de livros e 50 artigos, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola.

Patrono dos Cursos de Entrada na Academia Militar
Ano Letivo 2013-2014



**Bernardim Freire de Andrade, Tenente-
General
(1759-1809)**

INTRODUÇÃO

Bernardim Freire de Andrade foi um homem à frente da sua época. Um cidadão, um português e um oficial do Exército que assumiu, cumpriu e, num dos momentos mais difíceis da História de Portugal, ficou entre e com o seu povo.

Morreu em 1809 de forma bárbara, linchado pela população que jurara defender. Fim inglório para um oficial que tanto deu e fez por Portugal. Como foi possível chegar a este ponto? O que levou umas poucas dezenas de populares a executar tal ato vil e desprezível?

Bernardim Freire de Andrade estava entre os primeiros oficiais do Exército que alcançaram as mais importantes responsabilidades na defesa da Nação, não apenas porque o seu estatuto aristocrático lho permitia, mas também porque o mérito lhe foi reconhecido. Resultado de uma das importantes reformas levadas a cabo por Marquês de Pombal, Bernardim Freire de Andrade fez parte de uma nova geração de oficiais do Exército que percorreu um percurso mais esclarecido, avaliado e meritório.

Não era assim no tempo em que o Marquês de Pombal tinha tentado, ser ele também, um oficial do Exército. Quando Sebastião de Carvalho e Melo, ainda longe de se tornar Marquês de Pombal, ingressou no Exército, descobriu que os postos mais elevados estavam reservados apenas à mais alta aristocracia, que mesmo quando analfabeta e inculta, poderia ocupar as patentes mais elevadas enquanto que ele, refém do seu “estatuto menor”, mesmo que provasse cultura e mérito, nunca passaria dos postos intermédios.

Por isso, foi criada inicialmente uma escola para os filhos da aristocracia, o Colégio dos Nobres e depois, já no reinado de D. Maria I, nasceu em 1790 uma grande escola de formação para os futuros oficiais do Exército, uma das antecessoras da atual Academia Militar, a Academia Real de Fortificação Artilharia e Desenho (a primeira escola de oficiais do exército foi a Aula de Artilharia e Esquadria criada em 1641 por D. João IV). Em consequência também se alterou o estatuto dos oficiais do Exército e o mérito, paulatinamente, foi-se sobrepondo a critérios subjetivos de aristocracia. Não foi um processo imediato, levou tempo, e entre os primeiros a frequentar o Colégio dos Nobres esteve Bernardim Freire de Andrade e o seu primo (mais tarde cunhado, que fará um percurso sempre próximo e de grande amizade recíproca para com ele), Miguel Pereira de Forjaz, dois homens que foram essenciais para a defesa e consolidação de Portugal no princípio do século XIX.

Bernardim Freire pertencia a uma família privilegiada mas não se apoiou simplesmente na sua condição de nascimento, progrediu por mérito, por demonstração de valor em combate, pela disponibilidade para partir e defender o País. Não se acomodou e, em alguns dos momentos mais difíceis da História de Portugal, assumiu responsabilidades e morreu por elas. Não merecia o fim que teve, e deve ser recordado como um entre os melhores que o Exército teve a honra de incluir nos seus quadros. Foi e é um exemplo de cidadão, de militar e, acima de tudo, de Português.

Os Primeiros Anos

Bernardim Freire de Andrade nasceu a 18 de Fevereiro de 1759, no Morgadio das Picoas em Lisboa. Filho de Fernando Martins Freire de Andrade e Castro e Joana Isabel de Lencastre Forjaz. A família Andrade, ou *Andrada* (como muitas vezes se verá na assinatura de Bernardim Freire), veio da Galiza e um dos antepassados de Bernardim foi mestre da Ordem de Cristo². Do lado materno, os Pereira Forjaz provinham da família do visconde da Asseca, também uma família relevante e antiga da nobreza portuguesa.

Bernardim nasceu assim, no seio de uma família privilegiada mas, além do nascimento, soube acrescentar trabalho e mérito à sua carreira. Nos seus primeiros anos de vida, ainda durante o Reinado de D. José I e do governo do Marquês de Pombal, Portugal encontrava-se, uma vez mais, em guerra. Até 1763 viveu-se a *Guerra Fantástica* (termo como ficou conhecida a Guerra dos 7 anos em Portugal)³ e as alterações na formação, organização e doutrina do Exército deixaram algumas raízes para os futuros oficiais do Exército que importa aqui recordar.

Portugal, que tinha sofrido imenso com o conhecido terramoto de Lisboa em 1755, entrou nesta guerra com um forte pessimismo popular. As pessoas acreditavam que depois da destruição causada pelo terramoto viria agora uma guerra para acabar com o país. Mas não foi assim. Portugal empenhou-se na Guerra e, através de uma ação combinada entre política, diplomacia e, especialmente, com um movimento hábil das forças do Exército, saiu como um dos “improváveis” vencedores, face a uma Espanha e uma França muito mais poderosas. Portugal e os portugueses voltavam assim a acreditar em si e no sucesso das suas alianças, em especial, com a Grã-Bretanha. Foi uma guerra regional dentro de um ambiente global de conflitualidade entre, principalmente, a Grã-Bretanha e a França. Este conflito, arrastando consigo a

² Vicente, 2009: 307.

³ Barrento, 2006.

esmagadora maioria das nações europeias, vai continuar, alargar e agravar-se nas décadas seguintes. Portugal, voluntária ou involuntariamente, mesmo tentando sempre um “impossível” estatuto de neutralidade, também não se poderá dele alhear. Por isso, o fim desta guerra em 1763, foi apenas mais um marco num percurso de uma intermitência de guerra entre as nações que procuravam impor a sua hegemonia.

Portugal, no final da *Guerra Fantástica*, ficou então considerado como um país credível, governado à *européia* sob a batuta do Marquês de Pombal, reformista e inovador, mas com grandes atrasos, entre outros, nas áreas da educação, do desenvolvimento económico, e nos planos social e industrial. Além do Marquês de Pombal, foi também muito relevante o papel, desempenhado na área da segurança e defesa, pelo marechal general conde de Shaumbourg Lippe. Lippe, um estrangeiro, comandou o exército anglo-português durante a *Guerra Fantástica* e depois iniciou importantes reformas no Exército Português. Em termos gerais, Lippe, introduziu muito das experiências militares prussianas da “escola de Frederico II”, mas adaptou-as à realidade portuguesa e, num curto de espaço de tempo, criou as bases para um Exército mais moderno, tanto em organização e equipamentos como ainda, e fundamentalmente, em mentalidade. Mas um tempo demasiado longo “sem guerra” em Portugal (quase 30 anos, até 1793 na Campanha do Rossilhão) levou a que as reformas iniciadas não se concluíssem, se deixassem de prover os quadros de praças e de oficiais capazes e, inclusivamente, algumas das reformas previstas nem sequer se desenvolvessem⁴.

No entanto, desta *Guerra Fantástica*, registaram-se alguns elementos importantes para uma certa transformação portuguesa: a determinação nacional na defesa verificada pelo relevante papel desempenhado pelas populações, em especial pelas milícias e ordenanças; a necessidade de ter melhores e mais quadros preparados para comandar as forças do Exército e, por fim, uma organização mais ágil, distribuída e equilibrada da Marinha e do Exército de Portugal⁵. São fatores que tanto Bernardim Freire de Andrade como Miguel Pereira Forjaz iriam, mais tarde, retomar e aprofundar para a defesa de Portugal.

Dez anos depois de terminada a *Guerra Fantástica*, a 19 de Dezembro de 1773, Bernardim Freire entra no Colégio dos Nobres, uma etapa (resultante das reformas) passada a ser considerada fundamental para adquirir conhecimentos teóricos, literários, científicos e mesmo práticos, para se poder seguir uma carreira militar, ou seja, num percurso desejável para um futuro oficial do Exército Português.

⁴ Soriano, 1871: II – 90-91.

⁵ Ver conclusões em Barrento, 2006: 84-86.

Em 15 de Novembro de 1776, Bernardim Freire assentou praça como cadete no Regimento da Armada e logo depois transitou para o Regimento de Peniche, iniciando assim, a sua preparação teórica e prática da vida militar. Casa-se novo, aos 19 anos de idade em 1778, com D. Isabel Umbelina Xavier d'Almeida (filha do 2º conde da Bobadela). Bernardim e Isabel não tiveram filhos. Bernardim Freire, depois de 5 anos de tirocínio no Regimento de Peniche, em 1782, recebeu a patente de alferes. Do relatório escolar e profissional as informações são claramente abonatórias para Bernardim Freire de Andrade⁶.

No mesmo ano de 1782 é promovido ao posto seguinte, tenente, e em 1787 atinge o posto de capitão. Bernardim tem uma evolução normal, mas bastante rápida, na sua carreira militar: major (sargento-mor) em 1790; tenente-coronel em 1791 e em 1794, aos 35 anos de idade, é coronel. Comanda então o Regimento de Peniche. Mas esta rápida carreira também se justifica, em parte, pela preparação e expedição militar em que participou, nos Pirenéus, entre 1793 e 1795⁷.

Esta expedição marca o início de uma longa guerra entre Portugal e a França, que se irá desenrolar por mais de 24 anos, até ao retirar das últimas forças portuguesas que ocupavam a Guiana Francesa em 1817⁸. Vamos por isso detalhar um pouco o início desta nova guerra.

Os primeiros combates: a Campanha do Rossilhão (1793-1795)

O Tenente-coronel Bernardim Freire de Andrade foi um dos milhares de portugueses enviados para defender Espanha, nos Pirenéus, da emergente ameaça francesa⁹.

Em 1792, aquando da primeira confrontação aberta europeia em resultado da Revolução Francesa (1789), o Portugal de D. Maria I tentava então reafirmar a sua vontade política de ser neutral e, simultaneamente, de se aproximar de Espanha e manter a aliança inglesa. Era uma política demasiado ambiciosa e, depois das execuções da monarquia francesa em 1793, impossível de se continuar.

A coligação quase generalizada que se forma contra a França em 1793, vai por isso contar com a presença de Portugal¹⁰, embora de uma forma discreta e indireta: como

⁶ Disponível no AHM, *Secção de Regimentos*, também em Vicente, 2009: 309.

⁷ Recebe também diversas distinções: “fidalgo com exercício, fidalgo escudeiro, alcaide-mor e senhor da Vila de Galveias, Grã-Cruz da Ordem Militar de S. Bento de Aviz”, Vicente, 2009: 310.

⁸ Pires, 2009.

⁹ “A Campanha do Rossilhão é normalmente considerada como a primeira intervenção militar portuguesa, de dimensões significativas, na Europa”, Borges, 2000: 172.

potência auxiliar. Portugal tentava assim, não se considerar em guerra contra a França para “garantir” o seu esforçado estatuto “diplomático” de neutralidade. Mas esse estatuto ficou claramente comprometido ao enviar uma força terrestre para auxiliar a Espanha nos Pirenéus e uma força naval para ajudar a defender a Grã-Bretanha no Canal da Mancha, estando as duas nações, em confronto direto com a França.

Ainda antes das duas forças expedicionárias terem sido enviadas tomaram-se medidas ativas de defesa em Portugal: restauraram-se fortalezas¹¹; levantou-se um campo de manobras na Ajuda e outro na Porcalhota (atual Amadora) e em Setembro de 1790 realizou-se um grande exercício onde participou o Regimento de Bernardim Freire, num dispositivo que incluía duas brigadas de Infantaria (além do Regimento de Peniche participaram os de Cascais, Lippe e Lencastre, uma brigada de Cavalaria e 6 peças de Artilharia). Novos exercícios serão feitos em 1793, depois de já assinados os *tratados* que comprometiam a ajuda de Portugal à Espanha e à Grã-Bretanha, na Charneca de Sintra, este já como um ensaio da força que se iria projetar para os Pirenéus¹².

A campanha do Rossilhão (como ficou conhecida; mas também por vezes aparece “Campanha da Catalunha” ou “Campanha dos Pirenéus”) levou à expedição de uma divisão de aproximadamente 5.200 homens¹³. Dos dados que pudemos apurar sobre a participação de Bernardim Freire de Andrade, sabemos que embarcou em Lisboa a 20 de Setembro de 1793 e, depois das forças desembarcarem na Catalunha “num estado deplorável”, a 13 de Novembro, iniciou um longo deslocamento, para lá dos Pirenéus, chegando “em 26 a Morellas”, no que se viria a tornar a primeira frente de combate do Regimento de Peniche¹⁴. Toda a força portuguesa, devido à tal política de “aparente neutralidade”, em vez de se manter unificada e coesa, ficou dispersa em vários pontos

¹⁰ “Portugal e Espanha alinham do mesmo lado, aliados com praticamente todos os restantes reinos da Europa Ocidental que pretendiam esmagar a França revolucionária, no que se esperava que fosse um passeio militar”, Telo, 2005: 307.

¹¹ “Nossa Senhora da Ínsua em Caminha, o castelo de Santiago, em Viana, o forte de Ancora, o castelo e o fortim de Vila do Conde, o forte de S. João da Aguilhada (...) os fortes da Meia Praia, em Lagos, da Nossa Senhora da Encarnação em Cancela e as baterias do Pinheiro e da Carrasqueira do Guadiana”, Oliveira, 1991: 8.

¹² Oliveira, 1991: 9-10.

¹³ Composta por 5.052 homens: 1 divisão a 6 Regimentos de infantaria (sendo um dos Regimentos o de Peniche de Bernardim Freire de Andrade) - 4.377 homens embarcados e 1 brigada de artilharia a 8 companhias, com 22 bocas de fogo - 447 homens embarcados, comandada pelo Tenente-General Forbes Skellater, um escocês que viera para Portugal durante a guerra de 1762; para além das forças de infantaria e artilharia, contava ainda com o seu estado-maior, oficiais de engenharia, repartições civis (secretariado, hospital e botica, repartições de víveres e carruagens) e criados. Foram transportados numa esquadra de 19 navios (5 de combate e 14 de transporte) sob o comando do chefe de divisão Pedro Mariz de Sousa Sarmento (números discriminados em Borges, 2000: 182-183 e Oliveira, 1991: 14).

¹⁴ Borges, 2000: 185-186.

do dispositivo espanhol. As ações militares que se seguiram não foram de grande mérito, em especial para as forças espanholas mas, da participação portuguesa vieram, ainda assim, algumas boas referências e relatos de grande bravura.

Da longa ação de Bernardim Freire de Andrade, que esteve em combate até aos últimos dias da expedição, destaca-se uma das ações de que lhe resultaram ferimentos:

“O de Peniche se empenhou ainda contra os franceses, devido à bravura do seu comandante, o tenente-coronel Bernardim Freire de Andrade, na região de Santa Magdalena. Ferido e com algumas baixas teve de retirar, dado que não obteve qualquer apoio das forças espanholas.”¹⁵

Provavelmente a última grande ação de Bernardim foi na vitória de Puig-Cerdá (26-27 de Junho de 1795) em que as forças portuguesas mostraram determinação e coragem e na qual tomaram parte os dois batalhões do Regimento de Peniche (e também no qual ficou ferido o cunhado de Bernardim, Miguel Pereira Forjaz)¹⁶.

Como Portugal não entrou nesta campanha deliberadamente contra a França, também não foi ouvido e consultado para a celebração da paz (tratado de Basileia) entre as potências beligerantes. As forças expedicionárias portuguesas, num estatuto difícil de explicar, agora que a Espanha se tinha aliado à França, regressaram então ao país. No entanto, a expedição tinha sido útil no que concerne à modernização das forças armadas portuguesas, tanto para a Armada pela preparação dos navios e forças como, e principalmente, para o Exército forçando a renovação de quadros, ao adquirir de novos equipamentos, armamentos e à implementação de doutrinas modernas (que teve efeitos práticos, basta lembrar que um quarto de toda a infantaria portuguesa tinha sido mobilizada)¹⁷.

O conflito global entretanto generalizava-se e Portugal tinha agora de se defender, não só dos franceses, mas também dos seus novos aliados espanhóis e, simultaneamente, cuidar que os “apoios” britânicos não causassem problemas na soberania nacional nos vários territórios espalhados pelo mundo. Até ao início da Guerra das Laranjas (ou também denominada “Guerra de Espanha”) em 1801, assisteu-se a uma campanha diplomática que tinha como objetivo último, o de manter Portugal neutral e simultaneamente colaborante. Portugal negoceia, paga, prepara a defesa e protela: combate por mar, prepara-se em terra e “luta” na diplomacia. As

¹⁵ Borges, 2000: 192.

¹⁶ Oliveira, 1991: 20-21 e Borges, 2000: 194-195, Neves, 2008: 19-20.

¹⁷ “A Campanha do Rossilhão, que vem demonstrar que o valor do combatente português não era apoiado por uma estratégia definida e uma direção eficaz”, Santo, 2005: 214.

consequências foram óbvias. A única estratégia possível para assegurar esta política, seria a de fortalecer o aparelho militar para possibilitar manter uma neutralidade dissuasora, no entanto, a estratégia seguida foi a contrária. Embora tenha havido algum investimento na componente naval, porque a segurança das rotas marítimas era uma constante (Portugal tinha no início do século XIX uma Armada forte, a quinta potência naval da época com mais de 65 navios oceânicos¹⁸), na componente terrestre reduziram-se os efetivos, não se modernizou a força e desperdiçaram-se os ensinamentos aprendidos na campanha do Rossilhão.

Bernardim Freire de Andrade, durante este período, continuou como comandante do Regimento de Peniche e, em 1800, foi nomeado Governador e Capitão-General de São Paulo no Brasil. Devido ao eminente conflito com a Espanha, recebeu ordens para permanecer em Portugal e foi-lhe então atribuído o comando dos Batalhões de Granadeiros e Caçadores da Estremadura e Alentejo¹⁹. Uma nova guerra estava próxima.

A segunda Campanha: a Guerra da Laranjas (1801)

Em 1800, Portugal *enganado* com as notícias de um aparente recuo das forças francesas na Europa, manda desmobilizar parte do seu exército. Como consequência, a Grã-Bretanha, que tinha reforçado o território, concluiu que Portugal “não está empenhado na defesa do seu País”²⁰ e retira as forças do território nacional em Dezembro de 1800. Desta vez iríamos enfrentar os espanhóis sem a presença do aliado tradicional.

Quando é recebida a declaração de guerra espanhola (melhor dizendo: franco-espanhola)²¹, o conflito inicia-se em diversos teatros de operações. Defende-se e retrai-se o dispositivo no Alentejo, preparam-se as operações na Beira, defende-se e

¹⁸ “Devido ao impulso de ministros como Martinho de Melo e Castro e o seu sucessor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a Armada Portuguesa contava, no virar do século com 65 navios oceânicos – 14 naus, 23 fragatas, 3 corvetas, 17 brigues e 8 charruas além de outros de menor porte o que a tornava na quinta potência naval da época”, Pereira, 2005: 7.

¹⁹ Costa, 2003: 414.

²⁰ Amaral, 2004: 11.

²¹ “De facto, a Espanha não tinha nenhum interesse vital nesta guerra. O país, contra os seus interesses nacionais, estava em guerra com a Grã-Bretanha, e o que interessava à monarquia castelhana era fazer a paz, permitindo assim o reatar das relações com as suas colónias, fonte da riqueza espanhola e da sua manutenção como potência de 2.ª categoria, no concerto das Nações europeias. Mas contra o interesse “nacional” espanhol, apareceu o interesse dinástico dos seus monarcas”, Manuel Amaral, www.arqnet.pt; “o general St. Cyr era o enviado de França para residir junto ao general espanhol e concertar com este as operações da campanha”, Neves, 2008: 27.

ataca-se no Minho e no Algarve, executa-se uma ofensiva generalizada no Brasil²², tenta-se conter “as ajudas” dos Ingleses na Madeira, na Índia e em Macau.

O comandante em chefe das forças espanholas nessa frente era o próprio chefe do governo, Manuel Godoy, que embora tivesse “um certo receio em confrontar-se com as forças portuguesas, que tão bem tinham combatido no Rossilhão”²³, consegue um avanço rápido e eficaz em terras alentejanas.

A 20 de Maio de 1801 iniciou-se, como afirma António Ventura, a guerra mais breve de quantas ocorreram entre os dois Estados peninsulares²⁴. Os espanhóis ocupam, quase sem resistência, a praça-forte de Olivença, a fortaleza de Juromenha, Arronches, Portalegre, Castelo de Vide, Barbacena e Ouguela. A praça-forte de Campo Maior ainda se defende durante dezoito dias, antes de cair com honras militares e Elvas resistiu com êxito²⁵. Vamos destacar a ação de Bernardim Freire no denominado Combate de Arronches.

A missão entregue a Bernardim era a de garantir a defesa de Alter do Chão para assim barrar o caminho dos espanhóis até Portalegre e o Crato. Como tal, determinou que se colocasse uma guarda avançada em Arronches, comandada pelo Coronel Carcome Lobo, com a missão de deter o avanço inimigo até Alegrete e, o remanescente da força, permaneceria à retaguarda, diretamente comandada por Bernardim Freire de Andrade.

No dia 28 de Maio, as forças espanholas acamparam perto de Arronches e preparam-se para, imediatamente, iniciar o ataque. Nas fortalezas em Arronches estavam dois batalhões de infantaria e dois esquadrões de cavalaria (com 1369 infantas e cavaleiros) comandados, como referido, pelo Coronel Carcome Lobo e, imediatamente na retaguarda, “no lugar de Nossa Senhora de Mosteiros”, estavam as forças de Bernardim Freire de Andrade, a Brigada de Granadeiros e Caçadores do Exército do Sul “com dezasseis companhias de Caçadores e de Atiradores”.

Segundo vários relatos²⁶ o Coronel Lobo escolheu mal a posição para se defender (no Rossio de Arronches), pelo que Bernardim Freire lhe deu ordem para se retirar para a direita de Alegrete. Foi durante esta retirada, parcial e incompleta, que às 12 horas do

²² “No dia 4 de Julho, o tenente general Veiga Cabral (...) informou a população da declaração de guerra (...) as milícias foram mandadas reunir, foram pedidos subsídios à população mais influente (...) as forças militares, divididas em dois corpos começaram a dirigir-se para as guardas de fronteira (...) O objetivo expresso da população da província era conseguir os territórios que fizessem chegar as fronteiras aos limites naturais do Sul do Brasil, os rios Uruguai e Prata”, Amaral, 2004: 90.

²³ Amaral, 2004: 42.

²⁴ Ventura, 2004: 7.

²⁵ Pires, 2010a.

²⁶ Descriminados, em especial, nas obras de Amaral, 2004 e Ventura, 2004.

dia 29 de Maio o combate se iniciou. Carcome Lobo estabeleceu uma frente de forças portuguesas no alto de S. Luzia para deter a avançada espanhola, mas não os conseguiu deter porque, estando o flanco direito da posição sem proteção, a cavalaria espanhola atacou em força nesse local.

O ataque flanqueante foi eficaz e lançou a confusão entre as várias forças portuguesas, levando muitas delas a retirar apressadamente em direção às posições ocupadas por Bernardim Freire. Assim que Bernardim viu a retirada montou um dispositivo rápido e coeso para permitir manter a ação retardadora sobre o inimigo e, simultaneamente, a passagem das forças de Carcome Lobo para a retaguarda:

“A derrota portuguesa foi rápida e só não assumiu a forma de um desastre completo pela pronta intervenção de Bernardim Freire, que enviou algumas tropas de Mosteiros para protegerem a retirada das que estavam em Arronches”

“Do fundo daqueles vales, além da ribeira em sítios um pouco escuros e embaraçados pelo muito arvoredo de azevinho, disparou alguns tiros da sua artilharia que fizeram não só deter, mas retroceder toda a cavalaria espanhola, que destruíra inteiramente os nossos adiantando-se a cortá-los, se não deterá o receio de que nos lugares de que atirou Bernardim Freire, havia grande número de gente emboscada”²⁷.

Finalmente em Alegrete, Bernardim Freire conseguiu colocar em boa ordem as várias unidades e depois retirou para Portalegre no dia 30. Em Arronches os portugueses sofreram 80 baixas e os espanhóis, possivelmente, outras tantas²⁸. Bernardim manteve-se no comando da guarda-avançada do Exército até ao dia 02 de Junho porque, por entendimento dos altos comandos portugueses, ele era considerado como “um oficial prestigiado no qual os soldados podiam confiar”²⁹. No entanto, adoecendo nesse mesmo dia 02 de Junho, teve de ser substituído pelo seu segundo comandante, o Coronel Carcome Lobo.

Acabada a Guerra das Laranjas, Portugal “fez contas”. Como afirma Manuel Amaral³⁰, os objetivos desta campanha têm de ser analisados numa perspetiva global, com os ganhos e perdas no Continente e no Brasil. A visão simplista de que esta Guerra apenas teve como consequência a perda de Olivença, deliberadamente

²⁷ Ventura, 2004: 75 e extrato do relato de Henrique José da Silva na página 80.

²⁸ Os números relatados variam muito, ver diferentes fontes em Amaral, 2004 e Ventura, 2004, que apresentam dados que vão desde os 19 a 300 mortos para ambos os lados, o que dá uma ideia de como os relatos foram “parciais”.

²⁹ Ventura, 2004: 89.

³⁰ Amaral, 2004, p. 6-8

esquece a importante definição das fronteiras no Sul e Norte do Brasil³¹, a forte defesa do Algarve e do Minho e a primeira contenção das intenções francesas em Portugal.

No final da campanha, o comandante do Exército, D. João Carlos de Bragança Sousa Ligne, 2º Duque de Lafões, foi demitido de todos os cargos e nomeados no próprio dia, o marechal conde de Goltz, general prussiano, para comandante em chefe do Exército. A partir de 10 de Agosto, Goltz começou a implementar o seu plano que em linhas gerais “se baseava no abandono das fronteiras, em dificultar ao máximo a chegada perto de Lisboa das tropas inimigas, e se isso acontecesse tentar defender a capital a todo o custo, até chegar ajuda”³². Mas as suas ordens foram frequentemente revistas, obrigando a marchas e contra marchas de várias unidades, o que levou à sua substituição por outro estrangeiro em novembro do mesmo ano, um general francês ao serviço da Rússia, Vioménil.

A 4 de Novembro, o morgado de Mateus dava o lugar ao coronel D. Miguel Pereira Forjaz para o cargo de secretário do Exército e, o seu cunhado, Bernardim Freire de Andrade “por ter evitado a derrota dos portugueses em Arronches”, foi promovido a brigadeiro e encarregado do Governo de Armas do Porto³³.

Em 1802, após as saídas de Goltz e de Vioménil, o novo ministro dos Estrangeiros e da Guerra, João de Almeida de Mello e Castro, nomeia um “conselho militar” composto por nove generais, considerados dos mais hábeis, tendo em vista, finalmente, procurar um novo rumo para a estrutura militar³⁴. Foi de facto elaborado um “*plano de organização do Exército*” apresentado em Janeiro de 1802 pelo general Forbes (importa notar que o secretário é Miguel Pereira Forjaz) e a versão final aprovada pelo ministro em março do mesmo ano.

Foram feitos mais de 2.000 exemplares e distribuídos para recolher parecer pelos oficiais do exército mas, devido às ingerências francesas, o novo ministro demite-se e este conselho nada pode implementar. Só em 1806 é que existirão propostas de remodelações significativas que se basearão nas ideias levantadas pelo extinto conselho militar de 1802. Quando se pensava pôr em execução este plano, ocorreu a invasão francesa, comandada pelo general Andoche Junot, em novembro de 1807.

A Invasão Francesa de 1807

³¹ “O Reino de Portugal anexou no Brasil 90.000 km2 de território, pelo que à data o saldo territorial era positivo. No Brasil, a zona das missões do Paraguai, que tantos problemas tinha criado entre Portugal e Espanha, ganha em 1750, perdida em 1777, era definitivamente incorporada nos limites brasileiros” Centeno, 2007, p. 66

³² Amaral, 2004: 71.

³³ Costa, 2003: 414.

³⁴ Vicente, 2000: 106.

Em 1807 Portugal estava, devido ao turbilhão político, às pressões internacionais, aos efeitos de uma *certa* derrota militar da Guerra das Laranjas e ao tradicional desatender das forças armadas, sem condições de se opor sozinho ao maior e melhor exército da Europa – o Exército de Napoleão reforçado e apoiado pela Espanha.

Dá-se então a grande invasão franco-espanhola de 1807 à qual, como determinado pelo soberano português, não se ofereceu resistência. Napoleão não perdoa a Junot a saída da corte e transferência da sede de poder de Lisboa para o Rio de Janeiro – capturar Lisboa não significava submeter Portugal e Napoleão sabia-o perfeitamente. Bernardim Freire de Andrade, que tinha sido nomeado governador das armas da cidade do Porto pelo Príncipe Regente, e como forma de contestação à ocupação de Portugal por forças francesas e espanholas, recusa-se a assumir esse posto e retira-se para Coimbra. Em Janeiro de 1808, tanto Bernardim como o seu irmão Nuno e o seu cunhado Miguel Pereira de Forjaz pediram formalmente aos representantes franceses a demissão de todos os cargos³⁵.

Napoleão escreve a Junot dizendo-lhe que “...desarme os habitantes, despeça todas as tropas portuguesas, dê exemplos severos, mantenha uma atitude de severidade que o faça temer... todos os meios que tiver deixado aos portugueses se voltarão contra vós, porque enfim, a nação portuguesa é brava”³⁶. Napoleão teria razão e, como seria fácil de antever, a ocupação francesa rapidamente passou a exercer a repressão. Uma das tarefas principais do novo poder usurpador em Portugal foi o desmembrar da força armada remanescente: O Exército foi simplesmente desfeito por uma ordem de 22 de Dezembro de 1807 e em Janeiro do ano seguinte, foi também desfeita a reserva estratégica da nação – as Milícias e Ordenanças.

Dos soldados com menos tempo de serviço foram selecionadas as mais preparadas forças do Exército Português. Comandados por alguns reputados militares portugueses que tinham aceitado colaborar (Marquês de Alorna, Gomes Freire de Andrade, Manuel Inácio Pamplona, Corte – Real, Freire Pego, Marquês de Loulé, Manuel de Mascarenhas, etc.) num total de 9.000 homens, constitui-se a Legião Portuguesa que foi enviada para França “no estado mais miserável que se pode imaginar”³⁷, incluindo os poucos cavalos que não tinham sido retirados diretamente pelos franceses.

Portugal, em 1808, apenas tinha como força armada a Guarda Real de Polícia (por se encontrar fortemente controlada por um emigrado francês): ocupado por franceses e

³⁵ Neves, 2008: 291 e 413.

³⁶ Carta de Napoleão Bonaparte a Junot, Centeno, 2007: 100.

³⁷ Banha, 2007: 20.

espanhóis, vítima de forçadas contribuições de guerra, saqueadas igrejas, conventos, palácios e estabelecimentos comerciais, está completamente desarmado – grande parte dos melhores comandantes estão no Brasil ou em França, os seus cavalos foram confiscados, o armamento também e a organização territorial das milícias e ordenanças destruída.

Mas os atos praticados por Junot em Portugal atrás descritos, vão levar a que o futuro D. João VI declare finalmente guerra à França a 1 de Maio de 1808³⁸. A Espanha também vai mudar a sua posição e a revolta do 2 de Maio motivará a saída das tropas de ocupação espanholas em Portugal. As populações portuguesas que, desde as revoltas de Lisboa em Dezembro de 1807, tinham mostrado o seu mal-estar, conhecida que foi a declaração de guerra pelo seu soberano, vão então revoltar-se decisivamente contra as águias de Napoleão no verão de 1808.

De entre os poucos comandantes bem preparados para liderarem as forças improvisadas, estava Bernardim Feire de Andrade, que foi imediatamente contactado para assumir o comando das forças em Coimbra. Mas, como anteriormente o Príncipe Regente já o tinha apontado para o governo das Armas do Porto “Bernardim não aceitou o governo de Coimbra, porque tinha recebido avisos do bispo e da junta do Porto para ir ocupar aquele que lhe pertencia em próprio (...) pôs-se logo a caminho do Porto, e foi seguido por D. Miguel Pereira Forjaz”. Depois de assumir o cargo, deu início à reorganização das pouquíssimas forças existentes, promulgou declarações a requisitar equipamentos e armamentos e tentou suprir, da melhor forma possível, a falta de oficiais escolhendo para isso “os mais hábeis” e dando-lhe de imediato missões para “reorganizarem os antigos regimentos e os novos batalhões”³⁹.

Os franceses conheceram então a sua primeira derrota na Península Ibérica, quando as forças portuguesas, comandadas pelo coronel Silveira (Francisco da Silveira, futuro general e Marquês de Amarante), obrigaram à retirada de Loison, na Batalha dos Padrões de Teixeira e da Régua em Junho de 1808⁴⁰. Junot percebeu então que não podia lutar contra todo o país e mandou concentrar as suas forças ao redor de Lisboa e na manutenção das linhas de comunicação com Espanha, especialmente no Alentejo. Morreram milhares de portugueses na defesa das principais cidades alentejanas e, mesmo assim, não conseguiram deter os enviados por Junot⁴¹. Mas a verdade é que no início de agosto, os franceses apenas controlavam Lisboa,

³⁸ Bessa em BARATA & TEIXEIRA, 2003, pág. 236.

³⁹ Neves, 2008: 291 e 400, Soriano, 1870: I - 267.

⁴⁰ Ver descrição em Lemos Pires, 2012b.

⁴¹ “as grandes derrotas e aos grandes massacres de 1808 (Em Évora e Beja, Tomar ou Leiria, por exemplo)...” Valente, 2007: 7.

parte do centro do país e o eixo Lisboa-Alentejo. As principais fortalezas no resto do país estavam ou nas mãos dos portugueses ou encontravam-se sitiadas. Portugal garantia, essencialmente, pela mão de Bernardim Freire de Andrade, portos seguros, áreas libertadas, uma população decidida e um exército em formação e levantamento.

Bernardim Freire de Andrade, entretanto no Porto, tinha sentido o ambiente turbulento que se vivia um pouco por todo o país. A falta de oficiais e de forças estruturadas e a quase inexistência de equipamentos, armamentos e recursos financeiros explicavam muito do que sucedia. Por isso, não foi surpresa para Bernardim Freire, que logo após ter sido recebido no Porto “com aplausos universais” tenha sentido um enorme desconforto ao emitir as primeiras ordens para reforçar as fortificações e, simultaneamente, descarregar as peças de artilharia na muralha defensiva da cidade (as armas permanente carregadas, não havendo inimigo a menos de “30 a 40 léguas”, podiam representar um perigo com “um povo tão propenso a tumultos”). Como resultado foi imediatamente apelidado de “traidor” e seguiu-se um “amotinamento formal” mas que fora rapidamente resolvido “pelo Bispo”⁴². Como veremos, este clima de suspeição e indisciplina irá perdurar por bastante tempo, mas tal não fez recuar Bernardim Freire de Andrade na sua determinação em assumir as responsabilidades que lhe foram confiadas. Como natural desenvolvimento das suas várias ações e iniciativas, seguiu-se a nomeação de Bernardim Freire de Andrade, a 22 de Julho de 1808, como comandante do Exército da Extremadura (1 dos 3 corpos em que ficou dividido o “improvisado” Exército Português)⁴³.

Os britânicos puderam então desembarcar em agosto de 1808, tranquilamente e com toda segurança, o seu exército bem armado, equipado, treinado e devidamente comandado, porque “já antes de Wellington (ainda Wellesley) pôr o pé em terra a revolta libertara nove décimos do país”.⁴⁴ O general encarregue de fazer as coordenações com os britânicos foi Bernardim Freire de Andrade. Se Portugal tinha de ser defendido e isso era obviamente também do interesse dos britânicos, então seria necessário algo mais do que os exércitos expedicionários britânicos ou as ajudas em dinheiro, armas e equipamentos. Era necessária uma estratégia conjunta e coordenada entre Portugal e a Grã-Bretanha.

Bernardim Freire de Andrade tinha conseguido reunir 7618 militares para operar em conjunto com os britânicos e deslocou-se do Porto para Sul para se lhes juntar. No dia 5 de Agosto, a entrada de Bernardim e do seu estado-maior em Coimbra “foi um dos

⁴² Neves, 2008: 412- 413, Azeredo, 2004: 9-10.

⁴³ Soriano, 1870: I-342.

⁴⁴ Valente, 2007: 7.

espetáculos mais brilhantes e agradáveis (...) era a voz de um povo numeroso e sensível, e por ela se exprimiam os votos gerais da nação”. Partiu de Coimbra para um primeiro encontro em Montemor-o-Velho no dia 7 de Agosto com o general Arthur Wellesley (futuro Duque de Wellington) e ficou logo bastante claro que havia divergências sobre a melhor estratégia a seguir. Mas também ficou evidente que, por maiores que fossem as diferenças, era sempre possível estabelecer acordos e entendimentos.

No dia 12 de Agosto juntaram-se os dois exércitos, português e britânico, na região de Pombal e Wellesley “proveu as nossas tropas das armas que lhes faltavam, e também ofereceu dinheiro, que os nossos generais não aceitaram”. Quando Bernardim soube dos movimentos do general francês Loison “o maneta”, com mais de 6.000 homens entre Tomar e Santarém, decidiu que parte das suas forças deviam ir para evitar que os franceses se dirigissem para o Norte de Portugal, já completamente libertado e seguro. Essa decisão foi comunicada a Wellesley e este, pediu então que, pelo menos, Bernardim lhe fornecesse “um corpo de 1400 portugueses de infantaria e 260 de cavalaria, que prontamente lhe foi concedido e incorporado no exército britânico”. Seguiram-se as vitórias aliadas nas batalhas da Roliça e do Vimeiro e Bernardim Freire garantiu ainda que as forças francesas que estavam fora dos campos de batalha não fossem nem para Norte, nem saíssem das praças onde se encontravam, nem pudessem reforçar o grosso das forças com que Junot decidiu afrontar Wellesley⁴⁵. Consolidada a vitória, Bernardim montou depois o seu quartel-general em Mafra no dia 31 de Agosto de 1808⁴⁶.

A França reconheceu finalmente a derrota e assinou a paz. A convenção de Sintra assinada entre, exclusivamente, britânicos e franceses, foi então alvo de muitas críticas, tanto na Grã-Bretanha como em Portugal. Em especial, de Bernardim Feire que, por escrito, dirigiu fortes “observações” e um formal “protesto” à forma vergonhosa como Portugal tinha sido tratado em todo este processo, facto que “lhe acarretou a má vontade dos militares britânicos”⁴⁷ nos meses seguintes.

“O mal” de um tratado ofensivo para os portugueses estava feito, mas a urgência de preparar, de novo, a defesa de Portugal era agora a tarefa mais importante e relevante. Para tal o Exército Português tinha de “renascer”. Para tentar realizar rapidamente “este milagre” foi escolhido Miguel Pereira de Forjaz e o seu cunhado, o general Bernardim Freire de Andrade.

⁴⁵ Neves, 2008: 399 e 479-484; Soriano, 1870: I – 370-372 e Costa, 2003: 414.

⁴⁶ Soriano, 1870: I-423.

⁴⁷ Neves, 2008: 519-522 e Azeredo, 2004: 12.

A morte trágica de Bernardim Freire de Andrade em 1809

Os franceses abandonaram Portugal no final de Setembro de 1808 deixando para trás um país com milhares de mortos e feridos. Um país sem Marinha (estava no Brasil), sem Exército (o pouco que tinha restado estava em França ao serviço de Napoleão Bonaparte), sem recursos, sem armas, uniformes ou munições e sem dinheiro. Dos aliados, tinham apenas ficado em Portugal alguns milhares de ingleses comandados por Sir John Cradock⁴⁸ que resistiu sempre à ideia de ajudar as forças portuguesas a combater no norte de Portugal.

Para organizar a defesa do Norte existia uma hierarquia pouco definida e mal articulada que tinha à cabeça o Bispo do Porto e o Tenente-general Bernardim Freire de Andrade (promovido a este posto em 02 de Dezembro de 1808 e nomeado “governador de Armas do Partido do Porto e do governo de armas da província do Minho com 1400 homens das tropas de linha, 8 bocas de fogo e 8 regimentos de milícias, na sua quase totalidade desarmados”⁴⁹), mas que na verdade não conseguiam ter o controlo efetivo, nem da população civil, nem das forças militares.

No Arquivo Histórico Militar em Lisboa recolhemos estes trechos entre as inúmeras cartas trocadas por Bernardim Freire de Andrade com Miguel Pereira de Forjaz e que bem explanam o seu estado de espírito perante tão grande tarefa⁵⁰:

“Meu Irmão do coração. Demos por tudo graças a Deus meu rico Miguel mas faz hoje um ano estávamos nós ambos na Quinta de Santo António, não estávamos contentes mas não estávamos carregados com tão enormes trabalhos e responsabilidades, confesso que não sei como hei-de dar conta de tanta coisa” (Porto, 1 de Janeiro de 1809); “Vou continuando o giro da borda-Minho, para reconhecer o País, animar os povos, e dar as providências que o momento exige: a cada passo me lastimo do estado em que se acha a Tropa, armada pela maior parte com chuços, e espingardas sem baionetas, e as ordenanças, ainda que

⁴⁸ O grosso das forças inglesas tinha marchado com o General Moore na conhecida e fatídica campanha da Coruña (cerca de 30.000). Em Espanha havia na altura “quatro exércitos espanhóis espalhados por diversos lugares e oito corpos de exército franceses, na força de 300.000 homens que ocupavam os melhores pontos Estratégicos”, Ferreira Lima, 1937: 3.

⁴⁹ Azeredo, 2004: 11.

⁵⁰ PT AHM-DIV-1-14-072-01 – Correspondência entre Bernardim Freire de Andrade e Miguel Pereira Forjaz.

animadas da melhor vontade, sem oficiais capazes de as comandar” (Vila nova de Cerveira, 13 de Fevereiro de 1809).

Entretanto em Espanha, no final de 1808, os franceses não tinham sido expulsos (como ocorrera em Portugal), mas também não tinham conseguido extinguir a sublevação das populações. O próprio Imperador francês, Napoleão Bonaparte, veio por isso à Península Ibérica. Venceu os espanhóis e perseguiu os contingentes aliados, que tinham ido de Portugal, e obrigou-os a reembarcar em direção à Grã-Bretanha. O francês que efetivamente comanda a fase final das operações e força os ingleses a refugiarem-se na esquadra ancorada no porto da Corunha, é o General Nicolas Soult (em virtude de Napoleão se ter sentido forçado a abandonar a Península face às notícias dos preparativos da Áustria para atacar a França). Napoleão deixa o seu irmão José como Rei de Espanha e regressa a Paris em 17 de Janeiro de 1809. Terminada a ameaça em Espanha, Soult vai receber a ordem para tentar, de novo, invadir Portugal.

Soult vai ter grande dificuldade para se opor ao “improvisado” Exército Português, comandado no Porto e no Minho por Bernardim Freire de Andrade, e em Trás-os-Montes, por Silveira. Durante quase três meses são as forças portuguesas, à custa de algumas tropas de linha e bastantes milícias e ordenanças, que tornam a situação quase insustentável para as forças francesas, sendo depois também a sua ação, decisiva, para retardar a fuga de Soult. Serão também as forças portuguesas que causam a maioria das 6.000 baixas (25% do total) francesas e que forçam o abandono de todo o material no final desta nova e falhada tentativa de invasão de Portugal. Mas, infelizmente, Bernardim Freire de Andrade não assistirá à retirada francesa em Maio de 1809, pois fora barbaramente assassinado em Braga dois meses antes. O que foi que aconteceu entretanto? Voltemos ao início da invasão francesa de 1809.

A partir da Galiza, Soult com uma força de 23.000 veteranos, avançou para ocupar o Porto. Desde 30 de Janeiro que Bernardim Freire de Andrade iniciara os preparativos para a defesa da fronteira do Minho, completando-se no dia 10 de Fevereiro com a destruição/aprisionamento das embarcações. Soult chega a Tuy a 10 de Fevereiro e estuda a passagem do rio⁵¹.

Manda passar o rio no dia 15, mas uma resposta imediata da artilharia portuguesa impede a passagem das forças. Tenta de novo a 16, mas apenas três dos 25 barcos que tinham iniciado a navegação chegam a terras portuguesas. Desiste de entrar pelo Minho e decide-se por um caminho muito mais longo – através da brecha de Chaves.

⁵¹ “A cavalaria ligeira de Franceschi foi encarregada de tomar Vigo na passagem, de conquistar Tui e de reunir todos os barcos que conseguisse encontrar”, Soult, 2009: 43.

“Habitantes armados acorreram em bando para socorrerem as milícias portuguesas e impediram com um fogo cerrado qualquer outra tentativa (...) o insucesso anterior tinha-nos mostrado o tipo de resistência que os portugueses nos preparavam” (Memórias de Soult, 2009: 43).

Bernardim Freire de Andrade ganha o primeiro embate e prepara, desde as primeiras horas, um contra-ataque em terras de Espanha, em especial, na Galiza. A preocupação em ajudar a salvar Espanha está presente na criação de várias forças expedicionárias portuguesas: despacho do Príncipe Regente de 21 de Agosto de 1808 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho “... esforços que se poderiam fazer para ter ali um exército e para que o mesmo coopere para ajudar à salvação de Espanha, que é inseparável da de Portugal” ... e reitera em 4 de Outubro que era “impreterível levantar um exército dentro de Espanha enquanto houver franceses e depois nos Pirenéus para contê-los no seu país”⁵². Por isso Bernardim Freire de Andrade não hesitou em mandar forças portuguesas para lá da fronteira para combater os franceses na Galiza.

Soult teve assim de atrasar a sua chegada ao Porto porque falhou a entrada pelo Minho e devido à forte defesa da fronteira e à ação conjugada de tropas galegas e portuguesas em terras de Espanha, especialmente em Vigo e Tuy. A 4 de Março, o General Bernardim Freire de Andrade comunica ao Governo português que a “insurreição vai progredindo em todas as terras da Galiza; que ele procura auxiliar os povos que se dispunham a sacudir o pesado jugo dos inimigos”⁵³.

Como a cidade de Chaves era de defesa difícil, Silveira ordenou a retirada das suas forças para Sul da cidade e, simultaneamente, enviou reconhecimentos para acompanhar os movimentos franceses. Infelizmente, sinal da pouca disciplina, parte das forças recusaram-se a abandonar Chaves e apelidam Silveira de traidor. Na manhã do dia 12 de Março e depois de uma defesa desesperada pelos flavienses que decidiram ficar, Soult instalou a sua primeira base em Portugal.

As operações a norte do Minho tinham outra sorte. No dia 9 de Março o Major Araújo Correia encarregou o Tenente João Baptista de Almeida Sousa e Sá (também denominado o *Baptista ou Bautista*) para atacar na Galiza o forte do Gaião. Este fê-lo com sucesso. No dia 12 de Março foi a vez da captura de Bayona e a 14 deu-se início às operações do cerco de Tuy.

⁵² Soult, 2009: 64.

⁵³ Ferreira Lima, 1937: 6.

Em Trás-os-Montes, no dia 15 de Março⁵⁴, enquanto as forças de ordenanças e milícias enviadas por Bernardim Freire de Andrade atacam as vanguardas francesas o grosso das forças foram atacadas às ordens de Silveira. Os caminhos difíceis, o mau tempo e os constantes ataques determinados por Silveira e por Bernardim Freire de Andrade, tornaram a progressão francesa muito morosa.

“A nossa marcha de Chaves a Braga não passou de um combate permanente. Tinha de me haver com uma nação inteira (...) dia e noite a minha guarda avançada era fustigada (...) Portugal pegava em armas pela sua independência. Este sentimento era geral, e não era à força que lhe conseguia levar a melhor. Teria sido mais fácil exterminar a nação do que fazê-la ceder” (Memórias de Soult, 2009: 44 e 59).

Em Braga os ânimos andavam exaltados pelas notícias da queda de Chaves e da apelidada “fuga” de Silveira. Braga também não era militarmente defensável com as forças e equipamentos ao dispor de Bernardim Freire de Andrade. Este tinha então decidido a continuação da sua estratégia, ou seja, a de uma permanente ação retardadora, e empenhar-se decisivamente apenas na defesa do Porto⁵⁵.

Mais uma vez, tal como em Chaves, as populações e alguns líderes locais assim não entenderam e revoltados acabaram por matar o General Bernardim Freire de Andrade no dia 17 de Março de 1809⁵⁶. As descrições sobre este infeliz episódio estão abundantemente explicadas nos livros de Cláudio Chaby, Luz Soriano, Carlos Azeredo e António Pedro Vicente (ver bibliografia) e, que por serem extensos e muito pormenorizados, não iremos aprofundar. No entanto, numa possível síntese, deixamos este relato dos momentos finais de como tombou Bernardim Freire de Andrade:

“O general Bernardim Freire de Andrade e Castro tinha recobrado aquela calma grave que os desesperados encontram perante um destino inevitável; pediu um padre, pois era cristão e desejava, como cristão morrer confessado (...) mal este acabou de o confessar e se afastou dele,

⁵⁴ Este é o dia em que o Marechal Beresford, desde Lisboa, faz a sua primeira proclamação ao Exército Português e no dia 16 publica a sua primeira Ordem do dia – lentamente começava-se a reorganização operacional do Exército português com o apoio e direção britânica, mas a norte ainda é Bernardim Freire e Silveira que comandam as operações.

⁵⁵ A estratégia de Bernardim Freire de Andrade pode ser então assim definida: “viu que nada podia fazer para a sua regular defesa, de que resultou mandar retirar os seus postos avançados e sai pela estrada do Porto, resolvido nesta sua marcha a disputar ao inimigo o terreno palmo a palmo, enquanto o pudesse fazer com vantagem”, Soriano, 1971: II – 128.

⁵⁶ Infelizmente este não foi um evento único nesta guerra, há inúmeros exemplos como o que sucedera em Espanha, em Somossiera, com o General Espanhol San Juan e depois viria a ocorrer de novo com o Brigadeiro Vallonga e com o General Lima na defesa do Porto.

uma das feras com aspeto humano vibrou-lhe uma estocada no estômago que o trespassou”⁵⁷.

Com a morte de Freire de Andrade perdeu-se o líder natural das forças do Porto e do Minho e a confusão aumentou exponencialmente. Depois de uma feroz e caótica resistência, Soutl entrou em Braga ao final do dia 20 (tinham morrido 2.000 portugueses e 400 feitos prisioneiros contra os apenas 40 mortos?⁵⁸ e 800 feridos franceses). Entre as baixas jazia o comandante, Bernardim Freire de Andrade. Mas o planeamento e a estratégia por ele pensada continuaram bem presentes até à expulsão de Soutl dois meses depois e os primeiros resultados foram visíveis poucos dias após da entrada dos franceses em Braga.

Enquanto atacavam Braga, e de acordo com a estratégia de Bernardim Freire, fechara-se o cerco às forças francesas: entre os rios Minho e Lima estavam as “poucas” forças do General Botelho, a leste do Rio Tâmega estavam as do Brigadeiro Silveira e no Porto preparava-se a defesa da cidade. Como seria de esperar, uma vez que não foram cumpridas as ordens de Bernardim Freire para uma retirada atempada de Braga sobre o Porto, não só não existiu um esforço concertado na resistência da cidade como muito dos planos de defesa ficaram imediatamente sem efeito. Soutl iniciou a 25 de Março o seu movimento em direção ao Porto⁵⁹. A “denominada” defesa do Porto, depois da perda do comandante natural que seria Bernardim Freire de Andrade, iria ser uma sucessão de atos isolados, muita desordem e anarquia. A 28 de Março, o agora nomeado “comandante das forças” portuguesas, o Bispo do Porto, abandonou a cidade e a 29 deu-se o ataque final e o Porto capitulou. Morreram mais de 10.000 portugueses contra as apenas 500 baixas francesas (entre mortos e feridos⁶⁰).

Estrategicamente, a pressão dos portugueses enviados por Bernardim para a Galiza e a reconquista de Chaves pelas forças de Silveira tornaram-se então num momento fundamental. Após duros combates de 20 a 25, os franceses renderam-se a Silveira no dia 25 de Março. As baixas francesas em Chaves elevaram-se a 20 mortos, um número indeterminado de feridos, mais de 1300 prisioneiros. Como Bernardim Freire de Andrade tinha pensado, os franceses estavam agora mais isolados em Portugal e, em breve seriam forçados a retirar porque, com o decisivo reforço e contra-ataque britânico

⁵⁷ Azeredo, 2004: 34.

⁵⁸ Segunda a versão de Soutl seriam apenas 40 os mortos mas tendo em conta os 800 feridos, a proporção natural seria aproximadamente de várias centenas (Azeredo, 2004: 38) embora Soutl nas suas memórias refira o número de 160 para feridos, Soutl, 2009: 45.

⁵⁹ “Tínhamos avançado apenas algumas léguas e já tínhamos que nos preparar para novos combates”, Soutl, 2009: 46.

⁶⁰ 80 mortos e 350 feridos nas memórias de Soutl, 2009: 51.

em maio de 1809 liderado por Wellesley, e com a fantástica ação fustigadora das forças comandadas por Silveira, assim os obrigaram.

Um soldado ao serviço de Portugal

Bernardim Freire de Andrade tinha, por nascimento, acesso imediato aos mais altos postos do Exército, mas percorreu os caminhos do ensino e do treino para, por mérito, progredir. Nos principais confrontos em que Portugal participou durante a sua carreira, Bernardim Freire esteve sempre presente, muitas vezes na frente dos combates mais difíceis e foi, muito justamente, reconhecido por isso.

Em 1807 recusou-se a servir os franceses mas não saiu de Portugal. Quando chamado a lutar e a assumir as enormes responsabilidades do comando superior das forças portuguesas aceitou. Bernardim Freire sabia o estado em que Portugal se encontrava no verão de 1808 e, consciente do péssimo dispositivo militar que lhe apresentaram, assumiu o comando, a responsabilidade duma liderança enquadrada por um ambiente muito confuso, marcado por permanentes tumultos e desordem pública.

No Porto sentiu os riscos a que se expunha, mas não desistiu nem abandonou Portugal e os portugueses. Levantou as forças possíveis, enfrentou os receios de uma população desesperada pela sua segurança, organizou e comandou as lideranças existentes, planeou e executou uma estratégia de defesa, adaptada e realista, combinando ações de flagelação com um equilíbrio estruturado entre retiradas pontuais e contra-ataques profundos (estratégia indireta), nos flancos e na retaguarda dos franceses, inclusive na sua zona de apoio da Galiza.

Em Braga pagou com a própria vida o facto de ter tido a coragem de assumir as decisões difíceis, pensadas e pesadas muitas na frente da batalha, e perante quem jurara defender. Bernardim não morreu às mãos do inimigo, mas foi morto dentro da Batalha e, mesmo que alguns possam discordar da justeza das suas decisões, foi esse o risco que correu e cumpriu. Foi por isso um herói e nessa condição morreu. Merece o reconhecimento como um dos grandes de Portugal.

“Avaliado Bernardim Freire como Homem civil, é inegável ter ele todo o direito de ser tido como cidadão sem nota, estando o seu nome na lista dos poucos nobres, a cuja classe pertencia, que permanecendo no reino, nunca se curvaram ao jugo dos franceses, nem a patente de general, que lhe concedeu o príncipe regente, jamais a prostituiu indignamente empregando-a ao serviço do inimigo”.

“Que o tenente-general Bernardim Freire de Andrade, como era de esperar das suas conhecidas virtudes, correspondeu em tudo na sua última comissão à régia confiança (...) a sua conduta militar foi não só irrepreensível, mas digna de muito louvor: que a sua fidelidade é superior a toda a prova, e a sua honra pura e ilibada, que o seu nome deve ser conservado em respeito e a sua memória recomendada”⁶¹.

Que os cadetes que entraram na Academia Militar em 2013 possam apreciar, conservar em respeito e recomendar a memória, de um verdadeiro comandante, como foi o General Bernardim Freire de Andrade, que quando foi necessário assumiu e decidiu, e que, mesmo com o sacrifício da própria vida, não temeu os efeitos das suas boas ou más decisões, em nome da sua Pátria e dos Homens e Mulheres que jurara defender.

⁶¹ Soriano, 1871: II - 113-114 e Chaby, 1863: 99.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Processo Individual do General Bernardim Freire de Andrade. Caixa n.º 1828 do Arquivo Histórico Militar (PT/AHM/DIV/3/7).

Correspondência entre Bernardim Freire de Andrade e Miguel Pereira Forjaz (PT/AHM/DIV/1/14).

Fontes Impressas

AAVV (2005), *GUERRA PENINSULAR – Novas Interpretações*, Lisboa, Tribuna da História.

AAVV (2009), *O Porto e as Invasões Francesas*, Porto, CMP e Público.

Azeredo, Carlos de (2004), *Invasão do Norte 1809 – A Campanha do General Silveira contra o Marechal Soult*, Lisboa, Tribuna da História.

Amaral, Manuel (2004), *OLIVENÇA 1801 – Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*, Lisboa, Tribuna da História.

Banha, Teotónio (2007), *A Legião Portuguesa ao Serviço de Napoleão*, Lisboa, Caleidoscópio.

Barata, Themudo e Nuno Severiano Teixeira (2003), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Barrento, António (2006), *Guerra Fantástica – 1762: Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*, Lisboa, Tribuna da História.

Borges, João Vieira (2000), *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do século XVIII*, Lisboa, Atena.

Centeno, João (2007), *O Exército Português na Guerra Peninsular*, Vol 1, Lisboa, Prefácio.

Chaby, Claudio de (1863), *Excerptos historicos e collecção de documentos relativos à guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, e do Rousillon e Cataluña – Volume III*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Chartrand, René (2001), *Vimeiro 1808, Wellesley First Victory in the Peninsular*, Oxford (Reino Unido), Osprey Military.

Costa, António José Pereira da (Coord.) (2003), *Os Generais do Exército Português*, vol. I, Biblioteca do Exército, Lisboa, Exército Português, pp. 413-415.

Lima, Henrique de Campos Ferreira (1937), *O Tenente Português João de Almeida Sousa e Sá – Herói Da Reconquista de Vigo em 1809*, Lisboa, Boletim n.º 37 do Arquivo Histórico Militar.

López, Juan Priego (1981), *Guerra de la Independencia, volumen 6 y 7* Madrid (Espanha), Libreria Editorial San Martin.

Neves, José Acúrsio das (2008) (versão original publicada em 1810 e 1811), *História Geral da Invasão dos franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Afrontamento.

Pereira, José Rodrigues (2005), *Campanhas Navais*, VOL I & II, Lisboa, Tribuna da História.

Pires, Nuno Lemos (2009), “1793/1817 - A II Guerra Global Portuguesa”, em *O Exército*

- Português e as comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular*, Lisboa, Tribuna da História, pp. 40-81.
- Pires, Nuno Lemos (2010a), “1801 – La guerra de las naranjas” (2010a), em *Álvarez de Castro y su Tiempo (1749-1810)*, Madrid/ Barcelona (Espanha), Ministerio de Defensa de España, pp. 75-81.
- Pires, Nuno Lemos (2010b), “As ações militares portuguesas em 1809”, atas do Congresso Internacional de História Militar *A Guerra no tempo de Napoleão – antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração*, Porto, Comissão Portuguesa de História Militar, Tomo I, pp. 237-251.
- Pires, Nuno Lemos e João Tavares (2012a), “Biografías de 21 Generales Portugueses en la Guerra Peninsular”, “Leal Legión Lusitana”, “Legión Portuguesa” e las “Líneas de Torres Vedras” em *Diccionario de la Guerra de la Independencia*, Madrid (Espanha), Ministerio de Defensa de España y Universidad Complutense de Madrid (2 Vols).
- Pires, Nuno Lemos (2012b), “Guerra Peninsular – Operações a partir de Trás-os-Montes”, Lisboa, Revista Científica Proelium, Série VII, Nº 3, AM, pp. 183-203.
- Santo, Gabriel Espírito (2005), “As Doutrinas Militares no início do séc. XIX e Portugal”, em *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*, pp. 201-220.
- Soult, Nicolas Jean-de-dieu (2009), *Memórias do Marechal Soult*, Lisboa, Livros horizonte.
- Soriano, Luz (1870 e 1871), *História da guerra Civil e do estabelecimento do governo Parlamentar em Portugal*, (2ª época – Tomo I e II), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Telo, António José (2005), “A Península nas guerras Globais de 1792-1815”, em *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*, pp. 297-328.
- Oliveira, Humberto Nuno (1991), “A Participação portuguesa na campanha do Rossilhão (1793/95)” em atas do II colóquio panorama e perspetivas atuais da história militar em Portugal, Lisboa, Ramos, Afonso e Moita LDA.
- Valente, Vasco Pulido (2007), *Ir Pró Maneta*, Lisboa, Altheia Editores.
- Ventura, António (2004), *A Guerra das Laranjas*, Lisboa, Prefácio.
- Vicente, António Pedro (2000), *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.
- Vicente, António Pedro (2009), *O General Bernardim Freire de Andrade: De Governador de Armas do Porto a vítima da revolta das populações*, Lisboa, em *O Porto e as Invasões Francesas - III Vol*, Porto, CM Porto e Edições Público, pp. 303-337.